Documento da Rede WATERLAT-GOBACIT
com motivo do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA): "Água é um direito, não mercadoria"

Brasília, 17-22 de março de 2018

O documento consta de três partes:

1) Uma breve introdução retrospectiva
2) Uma Declaração Pública da Rede WATERLAT-GOBACIT
3) Uma lista de publicações gratuitamente disponíveis, relevantes ao evento

Breve retrospectiva

Após a realização de 8 edições do Fórum Mundial da Água, incluindo a versão 2018 que acontece na cidade de Brasília de 18 a 23 de marco, é possível ter certa clareza sobre alguns temas de fundamental importância, por conta da perspectiva que permite o tempo transcorrido desde a primeira edição que teve lugar em Marrocos em 1997. Aquela primeira edição do Fórum Mundial da Água aconteceu no **momento de máxima expansão em nível global das reformas neoliberais** caracterizadas pela des- e re-regulação, liberalização e privatização, por distintos meios, de serviços públicos essenciais. No aquele momento se dava um forte impulso a essas políticas por parte de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os bancos de desenvolvimento regional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e as agências de ajuda para o desenvolvimento dos países centrais, entre outros atores importantes. A estratégia central era impulsar a participação do setor privado na provisão de serviços baseados na água, especialmente a través de unos poucos grupos empresarias que monopolizavam o setor no plano internacional. Entre outros argumentos da época, se afirmava que **reduzir o papel do Estado** na provisão destes serviços e entregá-los **a empresas privadas**, que supostamente fariam os investimentos que o Estado já não era capaz de fazer, ajudaria a "melhorar a eficiência dos serviços de infraestrutura, estender a cobertura aos pobres, e aliviar a pressão sobre as contas públicas" (Banco Mundial, 1998: 1). Deve-se recordar também que funcionários responsáveis por estes temas em instituições como o Banco Mundial postulavam a necessidade de criar "monopólios privados não regulados" para resolver os problemas de falta de serviços de água essenciais nos países mais pobres (Brook Cowen e Cowen, 1998: 22–23). Panfletos publicitários do Banco Mundial dedicados a impulsar a "participação privada" argumentavam que as populações tinham sido historicamente conduzidas pelos governos de épocas anteriores a acreditar que os serviços de saneamento básico eram "'um serviço público' ou incluso 'um bem social'", noções erradas que deviam ser erradicadas, já que a provisão destes serviços devia ser **mercantilizada e deixada nas mãos de empresas privadas** (WSP-PPIAF, 2002: 8–10). A lista de exemplos que poderiam ser citados sobre esta promoção da **implementação radical do credo neoliberal** no setor da água em cujo contexto começo a se organizar a série de reuniões do Fórum Mundial da Água seria muito extensa, embora certâmen desnecessária, ao menos para quem está familiarizado com a história recente destes processos.

Desde aqueles momentos de euforia neoliberal privatista muita água tem corrido por baixo das pontes. Estas políticas rapidamente levaram muitos países a duros fracassos, notavelmente na América Latina, a região que se tinha convertido no campo experimental para sua implementação. Entre os primeiros grandes fracassos que se registraram podem-se mencionar o caso da concessão privada para a gestão dos

serviços de saneamento básico na cidade de Aguascalientes, México, em 1993, a primeira experiencia da implementação desta política no México. Apenas transcorrido solo um ano do início do contrato, devido a crise financeira que afetou a México em 1994, o **Estado teve que intervir para salvar a empresa privada do colapso e a partir desse momento passou a assumir a responsabilidade pelos investimentos requeridos em infraestrutura**, que segundo o contrato original eram responsabilidade do concessionário (Torregrosa et. al., 2016). Outro caso notável, embora tinha sido pouco discutido, foi o da concessão privada outorgada em 1995 para prestar os serviços de saneamento básico na Província de Tucumán, Argentina. Por uma série de conflitos causados por um aumento substancial da tarifa e a má qualidade do serviço que levaram a que o 86% dos usuários rejeitaram o pagamento das contas numa **mobilização de resistência civil**, a empresa privada decidiu abandonar a concessão em 1997 (Crenzel, 2014). Posteriormente se sumariam muitos outros casos, alguns muito ressonantes devido a seu grande impacto, como a Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia, no ano 2000 ou o cancelamento dos contratos de concessão na cidade de Buenos Aires e na Província de Santa Fe, Argentina, em 2006, entre muitos outros.

Em vários sentidos, este último ao que mencionamos, 2006, tem um valor simbólico importante, não somente pelo colapso de concessões privadas como a de Buenos Aires, que tinha sido o cartão de visita utilizado pelo Banco Mundial e outros atores para promover estas políticas. Além disso, no ano 2006 teve lugar a quarta edição do Fórum Mundial da Água na Cidade do México. Entre outros temas, vale destacar duas questões que ocorreram neste Fórum. Em primeiro lugar, a representante do Banco Mundial no Fórum, Katherine Sierra, declarou que na década de 1990 no Banco eles "tinham acreditado" que o setor privado faria investimento, mas que **isso não tinha acontecido e que realmente quem sempre deve arcar a maior parte dos investimentos é o Estado** (Sierra, 2006). Essa declaração, que não parece haver tido muita ressonância no próprio Fórum, fez parte de uma série de reconhecimentos públicos feitos por funcionários das instituições internacionais de desenvolvimento e financeiras, mas também de funcionários das próprias empresas privadas, sobre o **fracasso da política neoliberal de privatizações** de serviços de saneamento básico. Existe uma amplia literatura sobre esse tema. Uma das primeiras declarações neste sentido tinha sido feita pelo próprio Banco Mundial no Relatório do Desenvolvimento Mundial 2004, no qual se podia ler que "a participação do setor privado e das ONGs na saúde, educação e infraestrutura não está isenta de problemas - especialmente no referido a atingir as pessoas pobres" (Banco Mundial 2003: 11). O segundo evento importante que vale a pena destacar do Fórum de 2006 nesta breve resenha é a participação do Presidente Evo Morales, quem tinha assumido a presidência da Bolívia poucos meses antes, em janeiro de esse ano, e que acrescentou sua voz a longa lista de pessoas que tinham participado na **luta para que as Nações Unidas declarassem que o acesso a água é um direito humano universal**. Sem dúvida, a iniciativa da Bolívia anunciada no Quarto Fórum Mundial da Água em 2006, que vinha potenciada pelo poder simbólico da chegada ao poder do primeiro presidente indígena da América Latina, somado aos ressonantes eventos das Guerras da Água em Cochabamba (2000) e La Paz-El Alto (2006), nos que membros importantes do novo

governo boliviano tinham participado, contribuíram a dar um novo impulso ao debate sobre o Direito Humano a Água nas Nações Unidas, com o apoio de alguns países aliados neste tema, especialmente Equador e Uruguai.

Como sabemos, finalmente as Nações Unidas aprovaram a existência do Direito Humano a água en julho de 2010, mas isso aconteceu a pesar da **abstenção e/ou ausência de 70 países, um 36% do total de países**, incluindo os mais poderosos e influentes, que não apoiaram a aprovação do Direito Humano a Água. Por outra parte, cabe remarcar que a mera aprovação da existência desse direito en si mesmo não garante que as políticas e os mecanismos necessários para sua materialização serão implementados, ou que, como também já sabemos, o reconhecimento do Direito Humano a Água não é impedimento para que os serviços essenciais de saneamento básico sejam mercantilizados e privatizados ou que as fontes de água continuem sendo inutilizadas. Não deve estranhar, neste contexto que, a pesar das celebrações oficiais, e sem desmerecer os importantes avanços realizados, **na prática as metas para o setor de saneamento que se tinham comprometido como parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, reduzir pela metade a proporção da população humana sem acesso aos serviços essenciais para o ano 2015, não se cumpriram, a menos que fiquemos somente olhando a superfície do tema**. Em termos quantitativos, os relatórios oficiais indicam que 45 países, 23.4 por cento de um total de 192 países, não atingiram o objetivo de reduzir pela metade a proporção da população que não tem acesso a fontes de água "melhoradas", é dizer, sequer falamos de água apta para consumo humano. Sabemos que a situação é ainda mais grave no referido aos serviços de esgotamento sanitário, já que só 95 países, 49.4 por cento do total de 192, atingiram o objetivo de reduzir pela metade a proporção de população que não tinha acesso a algum tipo de serviço sanitário adequado. Na América Latina, oficialmente 11 países, a metade, não atingiram a meta de acesso a água e 19 países, a grande maioria, não lograram a meta de serviços de esgotamento sanitário. Em tanto, **ninguém se ilude sobre o fato que a situação real está muito longe do que essas cifras indicam, já que incluso os países que oficialmente haveriam atingido essas metas tem enormes carências devido a má qualidade da água distribuída para consumo**.

No ano 2015 também foram aprovados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que sucedem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os novos objetivos são muito mais ambiciosos e, nesse sentido, bem-vindos, já que em princípio reinstalam uma agenda universalista que tinha sido abandonada a partir da década de 1990. Agora, em vez de "reduzir pela metade" a população que carece de serviços, se pretende "atingir o acesso universal e equitativo a água apta para consumo humano accessível […] o acesso ao esgotamento sanitário e a higiene adequados e equitativos para todos, e terminar com a defecação a céu aberto" para o ano 2030 (Nações Unidas, 2015: 18). Mais a pergunta é, **será possível lograr essas metas universalistas para o ano 2030, apenas em pouco mais de uma década, sem mudar as políticas e as práticas dominantes, que não somente continuam sendo inspiradas pelo ideário neoliberal, mas também estão sendo exacerbadas, num retorno agressivo e arrogante das políticas privatistas que já fracassaram?**

O avanço destas políticas privatistas, em forma arrogante e agressiva, se realiza **apesar do fato que a evidencia do fracasso segue se acumulando**. Nas últimas semanas antes de ser escrito este documento, finalmente começa a se conhecer publicamente um reconhecimento quase incontestado do **fracasso retumbante** de um dos modelos de privatização de serviços públicos que tinha sido considerado -e segue sendo considerado por muitas das instituições que organizam a série de reuniões do Fórum Mundial da Água- como o exemplo a se seguir. Nos referimos ao modelo de privatização de serviços de saneamento básico implementado pela Primeira Ministra Margaret Thatcher no Reino Unido em 1989 e que posteriormente foi reforçado com o modelo de Parcerias Público-Privadas, também desenhado no Reino Unido e mais tarde difundido internacionalmente. Quando até porta-vozes do capitalismo financeiro internacional, como o jornal britânico The Financial Times, publica matérias tituladas "O regime de serviços de água do Reino Unido requer mudanças. A falta de concorrência tem gerado uma falta de accountability" (21 de setembro de 2017), é evidente que a situação tem atingido um ponto de não retorno. Outro meio britânico expressou o problema com maior claridade ainda: "O escândalo da água privatizada vai explodir. As empresas de água prometeram eficiência. Em troca, tem produzido uma dívida insustentável que o público terá que redimir" (The Spectator, 16 de setembro de 2017). Desde então, as notícias da explosão do escândalo se tem sucedido, com o colapso das grandes empreiteiras que encarnavam o modelo das Parcerias Público-Privadas, entre outros temas. Incluso ministros do atual governo conservador do Reino Unido, defensor das políticas de privatização iniciadas por Margaret Thatcher, tem saído abertamente a **denunciar a corrupção e o fracasso do sistema**, como fiz recentemente o Ministro de Meio Ambiente, Michael Gove, numa conferencia ante os gerentes das companhias de saneamento básico do país:

> Com demasiada frequência, existe evidencia de que as empresas de água –as empresas de agua de vocês– não tem atuando suficientemente para o interesse público. Algumas companhias têm utilizando o sistema para beneficiar a gerentes ricos e a seus donos a expensas dos consumidores e do meio ambiente (The Guardian, 1 de março de 2018).

Acreditamos que **será muito difícil encontrar um debate aberto, o um debate de algum tipo, sobre este e outros temas relacionados no âmbito do 8º Fórum Mundial da Água** e de eventos similares. A relevância e a urgência desse debate, e outros debates de urgência equivalente ou ainda maior, sim embargo, deveria fazer que estes tivessem prioridade máxima, porque **essas mesmas políticas fracassadas estão sendo implementadas massivamente en muitos países, notavelmente no Brasil, país que organiza o 8º Fórum Mundial da Água**. Sem dúvida, temos fortes razões para pensar que será muito difícil atingir os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, **a menos que aconteça uma virada definitiva nas políticas e nas práticas**, algo que lamentavelmente parece improvável no curto prazo.

A pesar de que este grave problema associado com a imposição do modelo neoliberal privatista no setor dos serviços essenciais reviste uma grande importância, este é apenas **um dos muitos problemas que confrontamos** em relação com os desafios que apresenta o governo e a gestão da água e que dificilmente recebam um tratamento adequado, aberto, participativo, no marco do 8º Fórum Mundial da Água. Neste sentido, o tema de nosso Fórum Alternativo Mundial da Água nos remite a um problema central: **a luta contra o processo de mercantilização** das formas de acesso e distribuição da água para usos humanos e **o reconhecimento de que esse acesso deve ser considerado um direito inalienável**, já que **a água é um bem comum** e os serviços essenciais para a vida baseados na água devem ser considerados também como **bens comuns, bens públicos, bens sociais**, aos que **todo ser humano tem um direito inalienável**. Claramente, este tema central tem que ver fundamentalmente com um dos muitos aspectos relacionados com a água que nos preocupam. Em nossa Rede, este posicionamento de rejeitar a mercantilização e defender o direito a água ocupa um lugar chave, e temos uma Área Temática especificamente dedicada a estas questões: Área Temática 3, Ciclo Urbano da Água e Serviços Públicos Essenciais, incluindo áreas rurais (http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at3/). Mas o processo de mercantilização e o debate sobre o direito a água **atravessam também muitos outros aspectos relacionados com o governo e a gestão da água**, entanto que, por sua vez, as atividades de governo e gestão da água vão muito além do tema específico dos serviços de saneamento básico. Sem cobrir mais que alguns de esses muitos aspectos, nossa Rede dá seguimento a uma serie de questões de grande urgência e relevância, que incluem:

- As tensões, contradições e confrontações que caracteriza a **produção de conhecimento sobre a água**, tanto ao interior do campo científico como na interação entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento sobre a água que vão desde o técnico até as formas populares do saber (Área Temática 1, A X-disciplinaridade na Pesquisa e na Ação sobre a água - http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at1/)
- **O impacto social e ecológico das grandes obras de infraestrutura hídrica**, da mineração em grande escala e os agronegócios extensivos (Área Temática 2, Água e Megaprojetos - http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at2/)
- As questões relacionadas com as **águas transfronteiriças**, intra e internacionais (Área Temática 4, Águas Transfronteiriças - http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at4/)
- A relação entre o governo e a gestão da água e os **processos de saúde-doença** (Área Temática 5, Água e Saúde - http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at5/)
- A **produção de espaços e territórios hidrosociais** (Área Temática 6, Bacias, territórios e espaços hidrosociais - http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at6/)
- A papel da **produção artística e cultural**, assim como das atividades de **comunicação e educação** em relação com a água (Área Temática 7, Arte, Comunicação, Cultura e Educação http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at7/)

- A relação entre o governo e a gestão da agua na **geração de e na resposta a riscos e desastres** (Área Temática 8, Água e desastres - http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at8/)
- As **formas de violência exercidas particularmente contra as populações humanas** e contra **aqueles que assumem a defesa** das fontes de água, do direito a água, e lutam contra a mercantilização e as diferentes formas de apropriação e/o destruição dessas fontes (Área temática 10, Água e Violência - http://waterlat.org/pt/areas-tematicas/at10/)

É possível abordar estes e outros temas relacionados com a água desde múltiplas perspectivas, incluindo as perspectivas que tendem a predominar nos programas da série de reuniões do Fórum Mundial da Água oficial, organizadas regularmente pelos governos, empresas multinacionais e instituições internacionais de desenvolvimento e financeiras, que constituem o objeto de atenção deste Fórum Alternativo. Em tanto, basta observar a programação do 8º Fórum Mundial da Água oficial para identificar a existência de silêncios (por que não, silenciamentos), é dizer, temas que não são tratados, assim como também a **prevalência de interesses que não refletem as necessidades e as preferencias das grandes maiorias** nos enfoques dominantes com que se tratam os temas incluídos nos debates (http://www.worldwaterforum8.org/). Não é momento de fazer una crítica objetiva dos debates do 8º Fórum Mundial da Água oficial, já que ainda não tem acontecido ao momento de se escrever este documento, mas **tomando em conta a história da série de edições do Fórum realizados até esta data, se entende perfeitamente a necessidade de organizar um Fórum Alternativo Mundial da Água**, como já vem acontecendo em ocasiões previas, porque é **a única forma de garantir que os temas que normalmente são excluídos e silenciados nas versões oficiais do Fórum sejam tratados**.

Em relação ao anterior, a Rede WATERLAT-GOBACIT tem feito uma série de declarações públicas, que refletem seu posicionamento com respeito a estes temas que consideramos prioritários e urgentes. A continuação, reproduzimos numa versão atualizada seções de nossas declarações recentes, que fazem referência entre outros temas ao Fórum Mundial da Água oficial. Nosso objetivo é contribuir a fazer presentes com toda sua força, algumas das preocupações que nos convocam e que queremos compartilhar no marco do Fórum Alternativo Mundial da Água, como uma mensagem construtiva, mais também admonitória sobre os desafios que confrontamos e que não podemos eludir.

9 de março de 2018

Dr. José Esteban Castro
Coordenador da Rede WATERLAT-GOBACIT

Referências:

Banco Mundial (2003), World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5986.

Brook Cowen, Penelope J, e Tyler Cowen (1998), "Deregulated private water supply: a policy option for developing countries". Cato Journal 18(1), pp. 21–41. Disponível em: https://object.cato.org/sites/cato.org/files/serials/files/cato-journal/1998/5/cj18n1-3.pdf.

Crenzel, Emilio Ariel [2002] (2014), "De la promesa de universalizar el servicio a la universalización de la protesta: la privatización del agua y el saneamiento en Tucumán, Argentina", en "Un examen de la política de privatización de los servicios de agua y saneamiento en América Latina. La experiencia de Argentina", Cuadernos de Trabajo de la Red WATERLAT-GOBACIT, Vol. 1, No. 3, pp. 148-246. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WPSPIPRWNo3.pdf.

Nações Unidas (2015), "Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development", Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, Nova York: UN. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.

Sierra, Katherine (2006), en Roberto González Amador, "Inversión mixta en los sistemas, plantea el BM", La Jornada, 17 de março de 2006. Disponível em: http://www.jornada.unam.mx/2006/03/17/index.php?section=sociedad&article=046n1soc.

Torregrosa, María Luisa, Fernando Saavedra, Esther Padilla, Alice Quiñones, Karina Kloster, Gabriel Cosío e Christian Lenin [2003] (2016), "La participación privada en los servicios de agua y saneamiento. El caso de la ciudad de Aguascalientes, México", Cuadernos de Trabajo de la Red WATERLAT-GOBACIT, Vol. 3, No. 2. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WPSPIPRW32.pdf.

WSP-PPIAF – Water and Sanitation Program and Public Private Infrastructure Advisory Facility (2002) "New Designs for Water and Sanitation Transactions. Making Private-sector participation Work for the Poor", WSP-PPIAF, Washington DC. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/235681467989988622/New-designs-for-water-and-sanitation-transactions-making-private-sector-participation-work-for-the-poor.

DECLARAÇAO PÚBLICA

A relação entre as **desigualdades sociais estruturais**, o controle da água e a acumulação de poder social em suas diversas manifestações, poder cultural, econômico, epistêmico, político, etc., é um fato firmemente estabelecido por uma longa tradição nas ciências sociais que remonta pelo menos até o século XVIII. Infelizmente, o nosso amplo conhecimento sobre o assunto, e em particular sobre os mecanismos concretos que dão conta dos processos de **produção da desigualdade e da injustiça em relação ao acesso e controle da água** nos seus vários aspectos, não tem sido traduzido num aumento da capacidade das sociedades humanas para reverter esses processos e instalar em seu lugar formas sociais mais igualitárias, racionais e democráticas de relacionamento com a água e, através da água, com as outras espécies e com o resto da natureza.

Na realidade, a evidência crescente sugere que, em relação à política e a gestão da água, nos encontramos numa fase de **aprofundamento e aceleração dos processos de acumulação de poder social fundados no controle estruturalmente desigual da água em nível planetário**, o que se expressa, entre outras coisas, na produção artificial da escassez, no avanço da mercantilização da água e de seus serviços, na geração antropogênica de desastres de vários tipos relacionados com a gestão da água e as suas consequências negativas que afetam desigualmente e de forma recorrente aos setores mais vulneráveis, no deslocamento forçado ou induzido de populações inteiras sujeitas à expropriação ou a afetação negativa, por várias razões, de suas fontes de água, entre muitos outros temas de grande relevância social. Em América Latina e Caribe, estes processos ocorrem no marco do aprofundamento da subordinação das economias regionais ao modelo primário-exportador, que inclui uma reprimarização dessas economias que em décadas anteriores tinham conseguido alcançar algum grau de desenvolvimento diversificador. A este respeito, desde os anos 1990, a região tornou-se um grande campo experimental para **o avanço das atividades extrativistas, incluindo a mineração a céu aberto em grande escala, a agricultura transgênica e de monoculturas com seu pacote tecnológico de monopolização da produção de sementes e de agroquímicos (frequentemente denominados agrotóxicos devido a seu impacto socioecológico) e a construção maciça de grandes projetos de infraestrutura**, entre outras questões cruciais.

Por um lado, os processos de produção e reprodução de desigualdades estruturais em relação ao controle e ao acesso às fontes de água e aos serviços relacionados com a água são muitas vezes manifestos, claramente visíveis, muitas vezes de forma brutal. Isso acontece, por exemplo, pelo desvio de rios privando de água às populações para dar provisão a atividades extrativas, como a mineração em grande escala ou a produção de hidrocarbonetos por meio da tecnologia de fraturamento hidráulico (*fracking*). Também acontece através da construção frequentemente sem consulta, sem considerar

adequadamente seus impactos sociais e ecológicos, de obras de infraestrutura maciça que geram mudanças profundas em nossas sociedades e que são implementadas na ausência de controles democráticos apropriados. Exemplos disso na América Central e México são o Projeto Mesoamérica (anteriormente conhecido como Plano Puebla-Panamá), e na América do Sul, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA).

Além disso, também acontece por meio da **eliminação de políticas públicas baseadas na noção de direitos sociais e sua substituição por políticas que visam transformar a água em mercadoria**, por exemplo através da privatização e da mercantilização dos serviços essenciais de saneamento nas cidades, para dar apenas alguns exemplos de destaque. No entanto, e em grande parte, a produção e reprodução das desigualdades está instalada historicamente através de formas que tendem a passar despercebidas e que com frequência foram internalizadas, até mesmo naturalizadas pelas populações humanas, muitas vezes sendo implementadas institucionalmente, como é o exemplo do racionamento desigual ao acesso a água e a inaceitável qualidade da água fornecida para consumo humano a que são expostos grandes camadas da população, com um **efeito negativo desproporcionalmente grande sobre os setores mais vulneráveis**.

Em conexão com o acima exposto, **o papel, implícito ou explícito, da produção do conhecimento científico na invisibilização, quando não na justificação e naturalização da desigualdade estrutural** em relação à água, é também um fator fundamental nesses processos. Por exemplo, temos o caso de cientistas, quando não de departamentos e até disciplinas, inteiramente dedicados a desempenhar o papel de **intelectuais orgânicos do processo de monopolização do controle da água e dos serviços relacionados com a água, dedicados a garantir a acumulação privada de capital**, em lugar de contribuir para a distribuição socialmente igualitária dos benefícios do uso da água e da proteção contra as ameaças e perigos associados com este elemento, seja de desastres, epidemias ou outros fenômenos que afetam regularmente as populações humanas.

Também, cabe ressaltar os reducionismos e determinismos prevalecentes, particularmente, mas não apenas, nas disciplinas técnico-científicas, que continuam dificultando o progresso da re-integração do conhecimento e o desenvolvimento de níveis mais elevados de coordenação interdisciplinar que permitam fazer observáveis as **interrelações entre os processos de produção e reprodução da desigualdade estrutural em relação à água e suas manifestações como fenômenos na forma da pobreza, a miséria, a vulnerabilidade, a indefensabilidade, a marginalização, e a exclusão**, entre outros aspectos relevantes. O peso do determinismo e do reducionismo tecnocêntricos se manifesta com força, por exemplo, **na direção que se imprime internacionalmente à política científica e na formulação de políticas públicas**. Tomemos por exemplo os magros resultados concretos alcançados pela XXI Conferência Sobre Mudança do Clima realizada em dezembro de 2015 em Paris, que além de excelentes declarações de boa vontade tenderam a consolidar a promoção de soluções tecnocêntricas e de mercado, ao mesmo tempo em que as decisões tomadas em relação às medidas necessárias para reduzir o aquecimento global se limitaram a uma expressão de boas intenções, não vinculante para os países. Isto tem graves

consequências potenciais, dado o impacto catastrófico crescente dos efeitos da mudança climática em distintas regiões, com a intensificação de vários processos como as mudanças nos regimes de chuvas, nos padrões de temperatura, na regularidade e intensidade de eventos climáticos extremos ou no aumento do nível do mar, que têm um efeito desproporcionalmente negativo sobre os setores mais vulneráveis. Infelizmente também, os confinamentos e reducionismos disciplinares, que frequentemente para muitos cientistas, incluídos representantes do campo progressista, constituem refúgios, áreas de conforto, que se tornam **armadilhas epistêmicas e, dadas as consequências sociais resultantes, em armadilhas políticas, que operam como obstáculos formidáveis ao avanço do conhecimento libertador, que permita avançar no desenvolvimento de formas sociais mais igualitárias**.

Nesse sentido, deve-se mencionar o reducionismo e o determinismo cientificista que desvalorizam, se não totalmente **rejeitam, a possibilidade do diálogo de saberes e da transdisciplinaridade**, ou seja, que se atém a um modelo elitista e conservador da ciência e impõem uma visão hierárquica , excludente, do processo de produção social do conhecimento que nega a necessidade de promover a co-construção do conhecimento, o qual requer envolver ativamente os atores não-científicos, sobretudo quando se trata dos grupos sociais afetados pelas desigualdades e injustiças relacionadas com o controle e a gestão da água em suas diversas formas. Essa **visão elitista da ciência**, mesmo nos casos em que adota formas benignas, paternalistas, até nominalmente progressistas, constitui um **obstáculo epistemológico e político formidável para o desenvolvimento de formas sociais mais igualitárias e democráticas e contribui para a produção e reprodução de desigualdades estruturais** neste campo.

Historicamente, os processos que produzem e reproduzem as desigualdades estruturais em relação ao controle e o acesso à água tornaram-se **fontes de conflito e de lutas sociais**, muitas vezes resultando em processos de cooperação e de democratização da gestão da água, mais com muita frequência também levando ao aprofundamento das **formas de acumulação monopolista de poder social e da expropriação de grandes contingentes de seres humanos de suas condições materiais de sobrevivência**, incluindo a negação tácita, quando não explícita, do acesso aos poucos litros diários de água limpa necessários para uma vida minimamente digna. A discussão sobre estes e outros problemas relacionados com a água, e em particular dos processos e atores sociais relacionados com a acumulação de poder em relação ao controle e a gestão da água e dos seus serviços, **dificilmente encontra espaço no debate público e, quando isso acontece, tende a ser marginalizada e postergada** por diversos métodos.

Na verdade, a tentativa de trazer este debate para o espaço público, uma tentativa muitas vezes liderada pelas populações afetadas e pelos atores sociais que são solidários, tais como movimentos sociais, organizações da sociedade civil de diferentes tipos (ONGs, organizações de usuários e consumidores), os sindicatos, acadêmicos comprometidos, representantes políticos sensíveis ao problema, entre outros, torna-se muito regularmente num exercício arriscado, sujeito à intimidação, agressões verbais e físicas, prevalecendo um contexto de grande impunidade. Isto é normalmente

expressado na **criminalização, repressão e, ao extremo, no assassinato, sistemático, daqueles que lutam para deter e reverter estas desigualdades e injustiças**. Na América Latina, especialmente no Brasil, na Colômbia, em Honduras é no México temos alguns dos lugares no mundo onde estes processos se manifestam com forte intensidade, como ilustra duramente o assassinato de dezenas de ativistas ambientais, académicos comprometidos, jornalistas, sindicalistas, e lideranças comunitárias envolvidos na defesa da água e dos serviços baseados na água na região, o que constitui uma das **ameaças mais importantes que confronta o processo de democratização dos nossos países**. Estes exemplos são, na verdade, e, infelizmente, a ponta do iceberg de uma situação estrutural, que não se limita à América Latina, mais também afeta a muitas outras regiões.

Por tanto:

Denunciamos que o uso da violência por parte dos estados, associados com outros atores, em relação a diferentes aspetos da política e da gestão da água, que como tem sido demostrado recentemente por relatórios de organizações internacionais é uma prática intencionada e sistemática contra ativistas, sindicalistas, defensores dos direitos humanos, académicos, estudantes, jornalistas, comunidades e grupos que resistem o despojo de seus territórios. O uso da violência para silenciar denúncias sobre afetações e injustiças hídricas constitui um padrão na América Latina e outras regiões, **o que revela a trama dos interesses políticos e econômicos que procuram controlar as fontes de água e a gestão dos serviços baseados na água**, gerando, pela via dos fatos, uma espécie de "guerra de baixa intensidade" contra as populações que resistem tais despojos.

Exigimos aos governos, às corporações multinacionais e a suas distintas expressões como o Fórum Econômico Mundial e o Fórum Mundial da Água, às instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, aos bancos de desenvolvimento regionais e às instituições das Nações Unidas relacionadas com o governo e a gestão da água e temas relacionados, entre outros atores relevantes, que **abandonem a promoção ativa e o financiamento de políticas de privatização e mercantilização da gestão das fontes de água e dos serviços públicos de saneamento,** já que essas políticas geram grande parte da violência que se observa em relação ao consumo e distribuição da água.

Exigimos também **lutar contra a corrupção privado-pública**, que se manifesta de muitas formas no setor da água e seus serviços. É necessário transformar a percepção dominante que tem sido criada pelas instituições e os governos que defendem uma política da água privatista e mercantil segundo a qual a corrupção é fundamentalmente pública, o qual tem contribuído ao descrédito das instituições públicas e da Política em geral. É fundamental demostrar que **a corrupção é endémica nas relações entre o Estado e os atores privados** e que frequentemente é promovida pelos próprios atores nacionais e internacionais que lançam acusações contra a corrupção pública, como são

as instituições financeiras internacionais e os governos dos países centrais que mantem um monopólio da produção de "rankings" de transparência e corrupção.

Demandamos **que sejam promovidas e fortalecidas as alianças e associações público-públicas, público-comunitárias e comunitário-comunitárias**, e que sejam desenvolvidas outras formas, como pudesse corresponder, para fortalecer as lutas contra as ameaças ao processo de democratização da política e da gestão da água. É necessário idealizar e fortalecer modelos inovadores de política e gestão da água e seus serviços, que **priorizem as práticas intersetoriais, que rompam com as visões tecno-céntricas dominantes, que se enquadrem num enfoque de política pública democrática, com planejamento de mediano e longo prazo, com participação social efetiva, não meramente formal, e com controle democrático**. Estes modelos devem promover a gestão pública e contar com mecanismos que evitem o uso do público como uma fachada para encobrir processos de mercantilização e de acumulação privada da riqueza, como por exemplo as "parcerias público-privadas" (PPPs), a transferência de ações de empresas públicas a investidores privados, ou outras formas.

Também, exigimos aos governos e outros grupos de poder que **abandonem os intentos em andamento em muitos países que procuram subordinar a produção de conhecimento científico sobre a água à acumulação privada da riqueza** por parte de empresas multinacionais e outros atores privados ou públicos orientados pelos mesmos objetivos. Pelo contrário, demandamos que seja **garantida a autonomia da comunidade científica na produção de conhecimento, incluindo a provisão do financiamento necessário** para que as instituições públicas de pesquisa e ensino concentrem seus objetivos na produção de conhecimento orientado a contribuir na **construção de sociedades igualitárias, inclusivas e democráticas**, nas que a política e a gestão da água estejam subordinadas à distribuição social da riqueza hídrica, e a garantir o bem-estar e a sustentabilidade dos ecossistemas e dos seres vivos, incluindo as sociedades humanas.

Finalmente, exigimos aos governos, empresas multinacionais e outros atores envolvidos, o **esclarecimento imediato dos diversos crimes** cometidos contra ativistas, sindicalistas, defensores dos direitos humanos, académicos, estudantes, jornalistas, comunidades e grupos que resistem o despojo de suas águas e de seus territórios, e **que se aplique o correspondente castigo aos autores materiais e intelectuais destes crimes contra a humanidade**. Exigimos que **se garanta o direito à protesta e a outras ações legítimas** orientadas a proteger as fontes de água e as condições materiais de vida das populações humanas, e **que se brinde a proteção necessária para deter estes processos sistemáticos de repressão, persecução e assassinato**.

Rede WATERLAT-GOBACIT, Brasília, 9 de março de 2018

SELECAO DE PUBLICACOES DA REDE WATERLAT-GOBACIT
DISPONIVEIS GRATUITAMENTE

Livros

José Esteban Castro, Léo Heller, e María da Piedade Morais (Eds.), O Direito à Água como Política Pública na América Latina: uma Exploração Teórica e Empírica (em português), 2015. Disponível em http://waterlat.org/es/publicaciones/libros/libro-o-direito-a-agua/.

José Esteban Castro, Água e Democracia na América Latina, 2016. Disponível em: http://waterlat.org/pt/publicacoes/livros/agua-e-democracia/.

José Esteban Castro, Luis Henrique Cunha, Marcionila Fernandes, e Cidoval Morais de Sousa (Eds.), A Tensão entre Justiça Ambiental e Justiça Social na América Latina: o Caso da Gestão da Água, (em espanhol e português), 2017. Disponível em: http://waterlat.org/pt/publicacoes/livros/tensao/.

Veja a coleção completa de livro em: http://waterlat.org/es/publicaciones/libros/

Cadernos de Trabalho da Rede WATERLAT-GOBACIT:

Norma Valencio (Ed.), "Águas turbulentas: a construção social de desastres em diferentes contextos nacionais" (em espanhol e português), Vol. 3, No 1, 2016. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WPSATAD31.pdf.

José Esteban Castro (Ed.), "A ecologia política da água urbana: contribuições conceptuais e empíricas" (em espanhol e português). Vol. 3, No 7, 2016. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WPSATCUASPE37.pdf.

José Esteban Castro e André Monteiro (Eds.), "Desigualdade estrutural e microcefalia: a determinação social de uma epidemia (com artigos em inglês, português, e espanhol). Vol. 3, No 9, 2016. Disponible en: http://waterlat.org/WPapers/WPSATGSA39.pdf.

Karina Kloster (Ed.), "Conflitos pela água, violência e territorialização capitalista na América Latina (artigos em espanhol), Vol. 4, No 4, 2017. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WGWPVol4No4.pdf.

Veja a coleção completa dos Cadernos de Trabalho em:
http://waterlat.org/es/publicaciones/working-papers-series/archivo/.